



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COSAD

Em atendimento à solicitação do Pregoeiro constante do doc. nº 0755631, seguem abaixo os esclarecimentos solicitados, após pronunciamento da COMAP/SELIC (doc. nº 0756226):

1) Não vislumbramos qualquer obstáculo quanto ao segundo questionamento efetuado pela licitante. Sendo assim, nos associamos ao entendimento da SELIC, ratificando que a publicação do extrato deverá ser suficientemente clara quanto à comprovação de que a empresa possui autorização ou concessão para a prestação de serviço móvel pessoal (SMP), subscrita pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

2) No que tange ao questionamento nº 06, acatamos o quanto solicitado pela licitante, quanto à possibilidade da cobrança da fatura por meio de código de barras. Contudo, julgamos ser desnecessária a inclusão desse mero dispositivo no Termo de Referência, uma vez que a forma de cobrança a ser adotada pela futura contratada (fatura, nota fiscal ou boleto com código de barras) é irrelevante para o Tribunal.

3) Com relação ao questionamento nº 08, em que pese os argumentos da licitante, entendemos que o prazo de entrega da fatura com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data de vencimento é bastante exíguo, uma vez que a fiscalização necessita efetuar a análise dos valores que estão sendo cobrados, antes de proceder o ateste e encaminhá-la à Secretaria de Orçamento Finanças e Contabilidade (SOF), para que sejam adotadas as medidas necessárias para o pagamento. Vale ressaltar, ainda, que o setor financeiro do Tribunal é responsável pelo pagamento das faturas de todos os contratos de prestação de serviços, sendo que no período eleitoral há uma sobrecarga por conta das contratações temporárias específicas do pleito. Desta forma, para evitar que o pagamento seja realizado de forma intempestiva, o que acarretaria na cobrança de multa e juros de mora, opinamos pela manutenção do prazo originalmente estabelecido no Termo de Referência para o encaminhamento das faturas, qual seja de 15 (quinze) dias.

Após respondidos os questionamentos solicitados, cumpre informar que foi aprovada, em 01/07/2020, a alteração do calendário eleitoral pela Câmara dos Deputados, que estabelece a realização do pleito municipal nos dias 15 de novembro (1º turno) e 29 de novembro (2º turno). Ocorre que o Termo de Referência anexo ao Edital foi elaborado com a antecedência necessária e previa a realização das Eleições nas datas originalmente estipuladas antes da pandemia do novo coronavírus, ou seja, 04 de outubro (1º turno) e 25 de outubro (2º turno). Com o adiamento, haverá a necessidade de se adequar o período previsto para a utilização das linhas, que ao invés de 01/09/2020 a 30/10/2020, passará a ser 02/10/2020 a 30/11/2020. Sendo assim, questionamos se a abertura do certame será mantida para o dia 06/07/2020, às 14:00 hs, haja vista a necessidade de se promover as adequações necessárias no Edital e no Termo de Referência, em virtude da alteração do calendário eleitoral.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Sampaio Lopes, Coordenador Substituto**, em 02/07/2020, às 15:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **0756702** e o código CRC **C2146BB4**.

